# Facilidades para madeireiros

*Comissão da Câmara adia proibição de exploração da floresta amazônica e propõe isenção fiscal para projetos de preservação*

As empresas que fizerem exploração de madeira usando planos de manejo poderão ganhar isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) e redução de outros impostos, segundo proposta dos deputados integrantes da Comissão Externa da Câmara. Eles investigaram a atuação de madeireiras asiáticas na Amazônia e preparam relatório — que foi aprovado na quarta-feira. A comissão reforça a necessidade de se proibir novos assentamentos de sem-terras em áreas florestais e propõe a realização de moratória do desmatamento a partir de 2030.

O documento sugere ao governo que faça auditorias ambientais nas empresas asiáticas e as proíba de adquir terras que não sejam para a exploração de madeira. Instalada há dois anos, a comissão investigaria apenas a atuação das empresas asiáticas, mas acabou ampliando seu trabalho. "Vários outros assuntos estavam relacionados à presença de estrangeiros, por isso a finalidade da comissão cresceu", afirmou o deputado Luciano Pizzato (PFL-PR), membro da comissão.

O primeiro relatório não chegou a ser aprovado pelos deputados por causa de questões polêmicas, como a proposta de proibição de assentamentos em florestas. O relator da comissão, deputado Gilney Viana (PT-MT), chegou a ser pressionado pelo seu partido para retirar esse item, o que acabou não ocorrendo.

Outra polêmica causada foi a sugestão de adoção de moratória para o desmatamento a partir deste ano. O governo não aceitou discutir o assunto e o deputado, na versão final do documento, aprovado esta semana, modificou o prazo da moratória para 2030. "Até lá, esperamos que os madeireiros que promovem desmatamento tenham adquirido consciência de que desmatar e queimar não é o melhor caminho", diz Pizzato, um dos poucos madeireiros brasileiros a ganhar prêmios de ecologia.

O relatório será levado ao presidente Fernando Henrique e ao ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, além do Ministério Público Federal. Algumas das sugestões podem ser apresentadas pelos próprios deputados, em forma de projetos de lei, mas a comissão espera que a iniciativa parta do governo.

Jorge Cardoso 13.11.97

*Ação de madeireiros na região amazônica: auditorias ambientais e esperança de que criem consciência ambiental*

**LEILÃO**

Enquanto isso, os equipamentos usados ilegalmente por madeireiras em terras indígenas — caminhões, máquinas e motosserras — serão leiloados pelo governo e os recursos arrecadados serão revertidos para os próprios índios. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) estão concluindo um estudo para legalizar essa decisão. Desde o início do mês, o Ibama adotou serviços de informações para identificar os principais envolvidos no contrabando dentro das áreas, principalmente no Pará, onde o problema é maior.

Semana passada, o Ibama e a Polícia Federal realizaram uma operação na reserva caiapó mekranotire, no sul do Pará, e apreenderam mais de três mil metros cúbicos de mogno que estava sendo retirado ilegalmente das terras dos caiapós. Para surpresa dos agentes do Ibama e da PF, muitos índios estavam sendo usados na extração da madeira, inclusive armados.

"O sistema de informações que estamos utilizando vai descobrir quem são os principais intermediários desta atividade", afirma o presidente do Ibama, Eduardo Martins. "Felizmente essa prática de usar índios no contrabando de madeira não está proliferando", acrescenta.

Ele explicou que o convênio que será assinado com a Funai permitirá uma geração de receita para os índios e um enorme prejuízo aos madeireiros clandestinos. "A idéia é tomar todos os equipamentos e gerar receita para as comunidades afetadas pelo desmatamento predatório", diz Eduardo Martins.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Documentação
Fundo
Data 14/8/98
Fl. 8
Class.